

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA

DOCUMENT EVALUATION IN THE TEACHING OF ARCHIVAL SCIENCE IN BRAZIL: A LOOK AT ACADEMIC TRAINING

Mariana Lousada Pinha – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Ana Célia Rodrigues – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: este trabalho tem como objetivo analisar o ensino da avaliação de documentos nos cursos de Arquivologia no Brasil, tendo como objeto de estudo os currículos e os planos de ensino das disciplinas que abordam essa temática. Para tanto, são apresentados os fundamentos conceituais, teóricos e metodológicos que embasam a avaliação documental, bem como o processo de institucionalização dos cursos de Arquivologia no país. A pesquisa visa identificar, sistematizar e analisar as características curriculares e os perfis de ensino da avaliação documental. A abordagem metodológica adotada é qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base em fontes bibliográficas e documentais. Os resultados indicam que, embora haja certa convergência nos conteúdos relacionados à avaliação documental, observa-se uma diversidade significativa nas abordagens pedagógicas entre os cursos. Essa pluralidade, ainda que positiva, impõe desafios à uniformização da formação profissional, especialmente quanto ao equilíbrio entre os aspectos teóricos e práticos da avaliação. Conclui-se que é necessário fomentar uma maior articulação entre os cursos de Arquivologia, de forma a respeitar as especificidades regionais, mas construir diretrizes comuns para o ensino da avaliação documental. Essa articulação deve promover o intercâmbio de experiências e assegurar uma formação ética, crítica e socialmente comprometida, capaz de preparar profissionais para os desafios contemporâneos da área e para o fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: currículo; ensino; avaliação de documentos; curso de graduação em Arquivologia.

Abstract: this study aims to analyze the teaching of records appraisal in Archival Science undergraduate programs in Brazil, focusing on the curricula and course syllabi of subjects that address this topic. To this end, the conceptual, theoretical, and methodological foundations that underpin records appraisal are presented, as well as the process of institutionalization of Archival Science programs in the country. The research seeks to identify, systematize, and analyze the curricular characteristics and teaching profiles related to records appraisal. The methodological approach is qualitative, with an exploratory and descriptive character, based on bibliographic and documentary sources. The results indicate that, although there is some convergence in the content related to records appraisal, a significant diversity in pedagogical approaches among the programs is observed. This plurality, while enriching, presents challenges for the standardization of professional training, particularly in balancing the theoretical and practical aspects of appraisal. It is concluded that there is a need to foster greater articulation among Archival Science programs, respecting regional specificities while developing common guidelines for teaching records appraisal. Such articulation should promote

the exchange of experiences and ensure an ethical, critical, and socially engaged education, capable of preparing professionals to face the contemporary challenges of the field and to contribute to the strengthening of citizenship.

Keywords: curriculum; teaching; records appraisal; undergraduate archival science program.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória das práticas arquivísticas no Brasil remonta à criação do Arquivo Nacional em 1838, então denominado Arquivo Público do Império. Entretanto, a consolidação do ensino formal voltado à formação de arquivistas ocorreu apenas em 1977, com a transferência do Curso Permanente de Arquivos, anteriormente vinculado ao Arquivo Nacional, para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO2007 curso de graduação em Arquivologia no país, marcando um ponto de inflexão na institucionalização da área no âmbito acadêmico.

Atualmente, o Brasil conta com 18 cursos de graduação em Arquivologia, sendo 16 ofertados por instituições públicas de ensino superior na modalidade presencial e 2 por instituições privadas na modalidade a distância (EaD). Esses cursos estão distribuídos por todas as regiões do território nacional, com maior concentração nas regiões Sul e Sudeste, as quais apresentam pelo menos um curso em cada estado.

O ensino da avaliação de documentos nos cursos de Arquivologia configura-se como um campo em desenvolvimento. Sua inclusão formal como disciplina específica nos currículos ocorreu apenas em 1994, no curso da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Anteriormente, o conteúdo era abordado de forma transversal, especialmente em disciplinas relacionadas à gestão de documentos.

Considerando que a avaliação de documentos constitui uma das funções centrais e simultaneamente mais complexas, do fazer arquivístico, e tendo em vista o crescente interesse de fóruns acadêmicos e profissionais, tanto em âmbito nacional quanto internacional, pela qualificação da formação na área, torna-se fundamental compreender como essa temática tem sido incorporada nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil.

Nesse contexto, a presente pesquisa propõe-se a investigar as seguintes problemáticas: de que modo o ensino da avaliação de documentos tem sido implementado nos cursos de Arquivologia no país? De que maneira tal conteúdo é abordado nos projetos pedagógicos e nos currículos desses cursos? Quais os possíveis impactos decorrentes da presença ou da ausência dessa formação específica na qualificação dos egressos?

Com base nesses questionamentos, estabelece-se como objetivo geral analisar como a avaliação é abordada nos currículos e nos planos de ensino das disciplinas ofertadas nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. Os objetivos específicos consistem em: apresentar os fundamentos conceituais, teóricos e metodológicos que sustentam a avaliação; examinar o processo de cursos de graduação; e identificar, sistematizar e analisar as características curriculares e os perfis do ensino da avaliação de documentos nas referidas formações.

Espera-se, com esta investigação, contribuir para o mapeamento do panorama atual da formação acadêmica e profissional dos arquivistas no tocante à avaliação de documentos. Almeja-se, ainda, fomentar reflexões críticas e subsidiar iniciativas voltadas à qualificação dos cursos, incluindo a ampliação de oportunidades de mobilidade acadêmica para os discentes, a partir do reconhecimento das especificidades curriculares relativas ao ensino da avaliação.

2 AVALIAÇÃO DE DOCUMENTO DE ARQUIVO

A avaliação pode ser considerada como um fenômeno recente, pois durante muito tempo, as instituições preservavam a totalidade dos documentos, não havia nenhum processo analítico com critérios e procedimentos consistentes e que levasse em consideração a real necessidade de preservação dos mesmos.

Essa situação só começa a mudar a partir do século XX, com o aumento da produção e acúmulo desordenado de documentos oficiais, resultado da expansão da atividade governamental, da burocratização do Estado, e do desenvolvimento econômico e tecnológico. Para Franco (1986 *apud* Silva, 2022, p. 23), a preocupação em organizar os arquivos, não só para a acumulação documental, mas também para a pesquisa histórica e a viabilização administrativa está intimamente associada à complexidade burocrática do Estado contemporâneo.

Avaliar documentos consiste fundamentalmente em identificar valores e definir prazos de guarda dos documentos de arquivo, independentemente do suporte, na fase corrente e intermediária, a elaboração de instrumentos de destinação de documentos como a tabela de temporalidade, definindo assim as possibilidades e procedimentos de eliminação e recolhimento para guarda permanente. Em termos gerais, significa atribuir valor, a partir de critérios legais, fiscais, jurídicos, administrativos, históricos, informativos, etc. São esses

valores que determinam os prazos de guarda e a destinação dos documentos, preservação ou eliminação, visando a racionalização, guarda e constituição do patrimônio documental.

Rousseau e Couture, na publicação Fundamentos da Disciplina Arquivística de 1998, estabeleceram as sete funções arquivísticas, entre elas a avaliação. As restantes, criação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão estão diretamente relacionadas à avaliação. Na visão de Couture (2015, p. 152) se os princípios e fundamentos teóricos fornecem coluna vertebral à arquivística, as funções constituem sua musculatura. Se devidamente estruturadas em uma política de gestão de documentos, as funções arquivísticas balizam a organização e o tratamento dos documentos ao longo de todo o seu ciclo de vida (Couture, 1999, p. 330). Sendo assim, a avaliação faz parte do cerne da teoria e prática da área.

Ampliando a compreensão sobre o que abarca a avaliação, Chagas (2020) define como o processo de análise que parte dos níveis da sociedade, da organização, das funções, das atividades ou dos próprios documentos, baseando-se nos valores atribuídos a cada um desses níveis, com o objetivo de determinar os prazos de guarda e a destinação final dos documentos. Entender que os documentos também refletem a sociedade é fundamental no momento da avaliação, determinar a destinação dos documentos só a partir dos interesses institucionais leva a ignorar/rejeição/ de eles são fruto da sociedade.

Outro ponto importante destacado por Trace (2017, p. 77) é que, ao conferir valor à informação contida nos documentos, os arquivistas se prendem aos processos de avaliação e de destinação. Muitas vezes os termos avaliação e seleção são tratados como sinônimos, no entanto selecionar é a aplicação prática e controlada dos princípios de avaliação a um conjunto documental; enquanto que avaliar é a atividade intelectual de tomada de decisões que precede a destinação. A avaliação, portanto, fornece a estrutura intelectual em que a atividade de destinação tem lugar.

3 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

A formação de arquivistas no Brasil passou por um processo gradativo, marcado por diversos desafios, desde iniciativas isoladas até a consolidação da Arquivologia como curso de nível superior. Embora a prática arquivística remonte ao século XIX, com a criação do Arquivo Nacional em 1838, inicialmente denominado Arquivo Público do Império, a estruturação formal do ensino da Arquivologia ocorreu apenas na segunda metade do século XX. Um marco

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

significativo desse processo foi o Parecer nº 212, emitido em 1972 pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que reconheceu oficialmente a relevância da formação universitária na área (Brasil, 1972).

Esse reconhecimento se concretizou em 1977, com a transferência do Curso Permanente de Arquivos (CPA), então vinculado ao Arquivo Nacional, para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atualmente UNIRIO. A mudança, oficializada pelo Decreto nº 79.329, resultou na criação do primeiro curso superior de Arquivologia no país (Brasil, 1977). No mesmo ano, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) também implantou seu curso de graduação em Arquivologia, sendo seguida, em 1978, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Esses avanços sinalizam um processo de institucionalização do ensino da Arquivologia no Brasil, estabelecendo as bases para a formação acadêmica de profissionais da área.

Durante a década de 1980, a área da Arquivologia no Brasil experimentou avanços significativos. O Arquivo Nacional assumiu um papel proeminente nas discussões sobre políticas públicas e participou ativamente do processo constituinte de 1988, especialmente no que se refere à gestão de documentos públicos. Nesse período, também foram promovidos cursos regionais de capacitação, realizadas conferências nacionais voltadas para os arquivos públicos e criado o periódico *Acervo*, importante veículo para a disseminação do conhecimento técnico e científico no campo arquivístico. No entanto, apesar desses progressos, não houve a criação de novos cursos de graduação na área ao longo da década.

Nos anos 1990, observa-se uma retomada do crescimento. Foram instituídos cursos de Arquivologia na Universidade de Brasília (1991), na Universidade Federal da Bahia (1997), na Universidade Estadual de Londrina (1998) e na Universidade Federal do Espírito Santo (1999), ampliando o número de cursos para seis ao final do século XX.

Com a chegada do século XXI, a expansão do ensino superior em Arquivologia continuou. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) implantou seu curso em 2000, seguido pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), em 2003 e pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 2006.

Um marco decisivo ocorreu em 2008, com a implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 (Brasil, 2007), o qual impulsionou a criação de novos cursos de graduação, incluindo os de Arquivologia. Nesse contexto, surgiram os cursos na Universidade Federal do

Rio Grande (FURG) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em 2009, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) passaram a ofertar o curso, seguidas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2010, e pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2012. E por fim, mais recentemente, em 2020, temos a aprovação dos cursos Ead no Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) e, em 2024, no Centro Universitário Cidade Verde (UniCV).

Atualmente, o Brasil conta com 18 cursos de graduação em Arquivologia, dos quais 16 são presenciais e ministrados por universidades públicas, enquanto dois são ofertados por instituições privadas na modalidade de ensino a distância. Esses cursos estão distribuídos por todas as regiões do país, com maior concentração nas regiões Sudeste e Sul, que contam com ao menos uma oferta por estado.

Em síntese, a trajetória da formação de arquivistas no Brasil evidencia uma evolução que partiu de iniciativas pontuais até alcançar um sistema consolidado de ensino superior, com abrangência nacional e respaldo institucional. Esse desenvolvimento reflete não apenas a valorização progressiva da profissão, mas também o reconhecimento da função estratégica dos arquivos para a preservação da memória, a eficiência administrativa e o fortalecimento da cidadania.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é o processo que reúne um conjunto de métodos, técnicas e instrumentos que permitem verificar uma pesquisa científica. Em outras palavras, consiste em estabelecer o método necessário para a criação de novo conhecimento científico. A aplicação de uma metodologia na condução de uma pesquisa pressupõe a adoção de um ou mais métodos e o estabelecimento de procedimentos sistemáticos e técnicos (Oliveira, 2008). Trata-se de um processo que começa com a escolha de um tema para melhor compreensão e resolução de problemas e termina com a análise dos dados, oferecendo propostas concretas para minimizar ou solucionar o problema inicial.

Alinhar os procedimentos metodológicos aos objetivos da pesquisa é essencial para obter uma análise consistente, lógica, organizada e passível de verificação empírica. Esta pesquisa, de natureza qualitativa e do tipo descritivo-exploratório, tem como objetivo analisar os fenômenos por meio de contato direto com o objeto em estudo. Por essa razão, essa abordagem tem sido amplamente utilizada em pesquisas da área de Ciências Sociais

Aplicadas, especialmente no campo da Ciência da Informação e da Arquivologia, pois permite analisar todo o processo, e não apenas os resultados obtidos.

Para atender os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos foram organizados em etapas distintas e subsequentes. Na primeira etapa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio da revisão de literatura, contemplando a avaliação de documentos e o processo de institucionalização dos cursos de Arquivologia no Brasil. As fontes utilizadas incluíram livros, teses, dissertações e artigos nacionais e internacionais, entre outros, sem delimitação temporal. Em seguida, procedeu-se à coleta de dados, com o levantamento dos currículos e planos de ensino, a partir dos sites dos cursos. Verificou-se que alguns desses cursos não disponibilizam esses documentos online, sendo necessário entrar em contato com a coordenação para solicitar o envio. Nos planos de ensino das disciplinas previamente identificadas, foram analisadas as características e os perfis do ensino da avaliação considerando as categorias: ementa; objetivos da disciplina; conteúdo programático; metodologia de ensino e bibliografia básica.

O universo da pesquisa inclui os 18 cursos de graduação em Arquivologia no país, dos quais dezesseis são oferecidos em universidades públicas (estaduais ou federais) na modalidade presencial, e dois em universidades privadas na modalidade EAD. Portanto, o universo de análise abrange todas as disciplinas curriculares e planos de ensino que tratam da avaliação de documentos.

5 O ENSINO EM AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Antes de iniciar a apresentação, é necessário detalhar como foram realizados a coleta e a análise dos dados, bem como descrever o universo final da pesquisa.

O primeiro passo foi identificar os 18 cursos de graduação em Arquivologia oferecidos atualmente no Brasil, distribuídos por todas as regiões. Destes, 16 são públicos e presenciais, enquanto 2 são privados e na modalidade EAD.

A investigação focou na presença da disciplina Avaliação de Documentos nos currículos desses cursos. Por meio de consulta aos sites das instituições, observou-se que 13 cursos (72%) possuem essa disciplina com título relacionado ao tema. Os 5 cursos que não a apresentam diretamente são: UFBA, UNESP, UFMG, UNIASSELVI e UniCV.

A ausência de uma disciplina específica de Avaliação de documentos nos currículos de alguns cursos causou estranheza, especialmente por se tratar de uma das funções

arquivísticas mais relevantes. Assim, foi realizada uma análise aprofundada nas ementas para identificar se esse conteúdo estaria presente em outras disciplinas.

Identificou-se que na UFBA, a disciplina obrigatória "Arquivos Intermediários" inclui, na ementa, inclui conteúdos de avaliação documental, especialmente sobre destinação de documentos. Na Unesp, embora a ementa de "Arquivos Correntes e Intermediários" não mencione o tema explicitamente, o plano de ensino aborda de forma superficial a avaliação de documentos. Já no curso da UFMG, a disciplina "Gestão de Documentos Arquivísticos II" trata diretamente do processo de avaliação, embora não traga isso no título. No curso de Arquivologia ofertado pelo UNIASSELVI, foi identificada a disciplina intitulada "Experiência Profissional: Tabelas de Temporalidade". No entanto, devido à escassez de informações disponíveis sobre seu conteúdo programático, não foi possível incluí-la de forma consistente na análise realizada nesta pesquisa. Em relação ao curso oferecido pela UniCV, verificou-se a ausência de uma disciplina específica dedicada à avaliação de documentos. Ademais, não foi possível confirmar se esse conteúdo está inserido em outras disciplinas do curso, uma vez que tanto a grade curricular quanto o projeto político-pedagógico não se encontram disponíveis para consulta online.

Diante disso, o universo final da pesquisa foi composto pelos 13 cursos que possuem a disciplina no currículo e, adicionalmente, o curso da UFMG, por apresentar conteúdo compatível, mesmo sob outra nomenclatura.

O passo seguinte foi verificar quais cursos disponibilizam o plano de ensino da disciplina identificada em suas páginas web. Na prática, poucos o fazem; por isso, foi necessário contatar as coordenações por e-mail para solicitar o envio do documento. Apenas o curso da UEL não respondeu à solicitação. Assim, o universo final da pesquisa é composto pelos cursos das seguintes universidades: UNIRIO, UFMS, UFF, UNB, UFES, UFRGS, UEPB, UFPB, FURG, UFAM, UFSC, UFPA e UFMG.

5.1 Características dos currículos e dos perfis do ensino de Avaliação de documentos

O currículo e o plano de ensino constituem instrumentos centrais no processo formativo, uma vez que estruturam e orientam tanto os conteúdos quanto as metodologias de ensino-aprendizagem. O currículo estabelece os conhecimentos, competências e valores a serem desenvolvidos ao longo da formação, enquanto o plano de ensino operacionaliza esses elementos, adaptando-os às especificidades de cada turma. Nesse sentido, o plano detalha os

objetivos pedagógicos, os conteúdos programáticos, as estratégias didáticas e as atividades a serem desenvolvidas, promovendo a articulação entre teoria e prática.

A análise dos dados revelou que todas as disciplinas identificadas nos cursos de Arquivologia que abordam a temática da avaliação integram o núcleo obrigatório da matriz curricular, configurando-se, em sua maioria, como pré-requisitos para outras unidades curriculares. A oferta dessas disciplinas ocorre, predominantemente, entre o segundo e o sexto período dos cursos, com maior incidência no quarto período. A carga horária varia entre 60 e 80 horas, o que evidencia certa uniformidade no tempo destinado ao aprofundamento do conteúdo.

Com base na identificação desses componentes nos currículos analisados, foram definidas as seguintes categorias para a análise dos respectivos planos de ensino: Ementa; Objetivos da disciplina; Conteúdo programático; Metodologia de ensino; e Bibliografia básica. Tais categorias permitiram sistematizar e aprofundar a compreensão sobre a abordagem da avaliação no âmbito da formação superior em Arquivologia.

5.1.1 Ementa da disciplina

As ementas, de modo geral, destacam os fundamentos teóricos e metodológicos da avaliação de documentos, enfatizando a formação de profissionais capacitados para compreender o papel dos arquivos na sociedade e aplicar critérios para a destinação e gestão de documentos.

Instituições como a UNB, UFPA e UFAM dão especial atenção a esses fundamentos, estabelecendo a conexão entre avaliação e preservação da memória social. Conceitos como valores primários e secundários, e o ciclo de vida dos documentos aparecem de forma recorrente, como observado na UFSC, UNIRIO e UFF, indicando um consenso sobre a importância de entender a temporalidade e o uso dos documentos ao longo do tempo.

A tabela de temporalidade é amplamente reconhecida como um instrumento essencial para a gestão de documentos, sendo mencionada nas ementas da UNIRIO, UFPB, UFSC, UFF e UFMG. Ela operacionaliza a definição de prazos de retenção, transferência, recolhimento e eliminação de documentos. No entanto, a abordagem sobre esse instrumento varia: enquanto instituições como a UFF e a UFPB incluem atividades práticas relacionadas à tabela, outras, como a UFRGS, tratam o tema de forma mais geral, sem detalhar aplicações práticas.

A dimensão política, ideológica e cultural também é explorada em algumas disciplinas. A UNIRIO, por exemplo, destaca a análise do impacto das políticas arquivísticas nos critérios de avaliação e destinação, refletindo uma preocupação em alinhar os processos arquivísticos às demandas sociais. Na UFSM, há uma abordagem diferenciada que contempla a patrimonialização cultural, ampliando o conceito de valor arquivístico para incluir aspectos simbólicos e históricos.

A conformidade com a legislação brasileira é outro aspecto indispensável nas ementas, sendo destacada por instituições como a UNB, UFF e UFSC. A ênfase na aplicação de normatizações nacionais visa formar profissionais éticos e juridicamente preparados. Entretanto, há variações: algumas instituições, como a UFF e a UEPB, detalham os estudos sobre aspectos normativos, enquanto outras, como a FURG e a UFRGS, priorizam a aplicação prática sem aprofundar os fundamentos legais.

5.1.2 Objetivos da disciplina

Os objetivos das disciplinas sobre Avaliação de documentos refletem uma ampla diversidade de abordagens, variando entre a capacitação técnica e a formação crítica e reflexiva.

De maneira geral, destacam a introdução aos fundamentos teóricos e metodológicos da avaliação. Verbos como "compreender" e "conhecer" aparecem frequentemente, evidenciando uma preocupação comum em fornecer uma base conceitual sólida para lidar com a prática. Os cursos da UFSC, UNIRIO, UEPB e UFRGS ilustram bem esse foco teórico compartilhado. Alguns cursos, como a UNIRIO e a UNB, concentram-se em fornecer subsídios para a compreensão do processo de avaliação e sua importância para a memória social. Já a UFSM e a UFRGS ampliam o enfoque, destacando diferentes abordagens, as bases teóricas e práticas, e os fatores sociais e culturais envolvidos.

A UFES e a FURG também incluem aspectos teóricos e práticos, mas com destaque para o papel político e social da avaliação, evidenciando a relação entre a Arquivologia e a construção de políticas públicas. Por outro lado, a UFAM e a UFMG enfatizam a proteção de interesses institucionais e sociais, a preservação da memória coletiva e o estímulo à pesquisa.

Essas abordagens reforçam a visão de que a avaliação não é apenas um processo técnico, mas também estratégico e cultural. Várias instituições, como UFSM, UFPB, UFRGS, UFSC e UFPA, exploram a teoria das três idades, evidenciando sua relevância como base

teórica consolidada. Algumas, como a UFSC e a UFPB, detalham os conceitos de eliminação, transferência e recolhimento de documentos, enquanto outras, como a UNIRIO e a UNB, optam por objetivos mais gerais e menos específicos.

Quando se trata de aspectos práticos, a UFES, UFAM e UFMG se destacam por abordar a elaboração de instrumentos como tabelas de temporalidade e a definição de prazos de guarda, o que demonstra uma preocupação com a aplicabilidade das teorias arquivísticas. A UFRGS e a FURG, por sua vez, enfatizam atividades práticas que englobam a avaliação, a seleção e a gestão de documentos, priorizando o desenvolvimento de competências mais aplicadas.

No geral, percebe-se que cada instituição adapta os objetivos da disciplina de acordo com suas especificidades regionais e pedagógicas, resultando em abordagens que variam entre o pragmatismo, a reflexão crítica e a aplicação técnica. Esses diferentes enfoques enriquecem o campo da Arquivologia, permitindo uma formação diversificada e contextualizada.

5.1.3 Conteúdo programático

As bases teóricas da Avaliação estão presentes em todos os cursos das universidades analisadas, com conteúdos introdutórios que exploram conceitos como valores primários e secundários e o ciclo de vida do documento. Instituições como UNIRIO, UFSM, UFSC e UEPB dedicam blocos iniciais à compreensão desses fundamentos, indicando a necessidade de formar uma base sólida antes de avançar para práticas aplicadas.

A construção e o uso de instrumentos como tabelas de temporalidade, listas de eliminação e termos de destinação também são amplamente abordados, com destaque para as disciplinas da UFPB, UFF, UNB e UFMG, refletindo a importância operacional desses instrumentos na gestão de documentos. Outro ponto comum é o estudo das legislações e normativas nacionais, como a Lei nº 8.159/1991 (Brasil, 1999), e as diretrizes do CONARQ, com análises específicas em universidades como UFSM, UFSC, UNIRIO e UNB. Essa ênfase demonstra a preocupação em formar profissionais que atuem dentro das exigências legais, protegendo interesses institucionais e sociais. Além disso, a relação entre a avaliação e a preservação da memória social é amplamente explorada nos cursos da UNIRIO, UFSM e UNB, reforçando o papel do arquivista como agente na construção da memória coletiva, para além da gestão técnica. Apenas a UNB dedica um módulo específico à avaliação de documentos

digitais. Outras universidades, como UFMG, mencionam de forma indireta temas como digitalização e eliminação de documentos, mas sem aprofundar os desafios e particularidades da avaliação de documentos digitais.

Por fim, o impacto social e político da avaliação é explorado de forma destacada em universidades como UFES e UFSM, que abordam temas como patrimonialização cultural e ética na destinação documental. Essa dimensão é menos enfatizada em disciplinas mais técnicas, como as da FURG. A diversidade teórica também se evidencia em programas como o da UFPB, que explora conceitos como macroavaliação e teorias críticas, em contraste com abordagens mais convencionais, como as da UFRGS, que limitam o conteúdo a tópicos introdutórios e teórico-práticos.

Percebe-se um esforço comum em garantir que os alunos desenvolvam uma compreensão sólida da função de avaliação e dominem as ferramentas operacionais essenciais para sua execução. A formação técnica focada na execução de tarefas práticas atende às demandas imediatas do mercado, mas pode carecer de uma reflexão crítica sobre o impacto das decisões arquivísticas no longo prazo. Por outro lado, conteúdos mais reflexivos formam profissionais com uma visão mais abrangente, mas que podem encontrar dificuldades ao lidar com as exigências técnicas específicas do campo.

5.1.4 Metodologia de ensino

A análise das metodologias de ensino utilizadas nas disciplinas relacionadas à Avaliação de documentos revela as diferentes abordagens pedagógicas adotadas pelos cursos. Essa diversidade reflete as prioridades, recursos disponíveis e perspectivas pedagógicas de cada uma delas, destacando aspectos teóricos, práticos e tecnológicos que influenciam diretamente a formação dos alunos.

Entre os elementos que são comuns, destaca-se a predominância das aulas expositivas como método de ensino. Universidades como UNIRIO, UFSM, UFES, UFAM, UFPA e UFSC utilizam amplamente essa abordagem para transmitir conteúdos teóricos de forma estruturada. Essa prática evidencia o reconhecimento da necessidade de consolidar uma base conceitual sólida antes de avançar para atividades mais aplicadas. Além disso, o uso de leitura e discussão de textos teóricos é uma prática comum, presente em instituições como UNIRIO, UFSM, UFSC, UFPA e UFAM. Essa estratégia não apenas reforça o aprendizado teórico, mas

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

também estimula a capacidade crítica dos alunos, oferecendo-lhes ferramentas para analisar e interpretar os conceitos essenciais da avaliação.

Outro ponto importante é o incentivo às atividades colaborativas, como seminários, trabalhos em grupo e debates, que aparecem nos programas de ensino da UNIRIO, UFES, UFRGS, UFSC e UEPB. Essas práticas pedagógicas destacam uma preocupação em desenvolver habilidades interpessoais, além de promover o aprendizado coletivo por meio da troca de ideias e experiências entre os alunos. Em complemento, a integração de recursos tecnológicos é observada em instituições como UFAM, UFES e UFSM. Projetores multimídia, vídeos e plataformas online, como o *Moodle* (utilizado na UFSM), são citados como ferramentas para diversificar o processo de ensino e aprendizado. Essa abordagem híbrida reflete uma tentativa de modernizar a pedagogia e atender às demandas de um cenário educacional em transformação.

Por outro lado, alguns planos de ensino apresentam falta de detalhamento até diferenças no enfoque e nos recursos utilizados. Os cursos da UFF, UNB e UFMG, não apresentam informações sobre as metodologias de ensino. Essa ausência dificultou a análise. O foco em atividades práticas também varia. UFSC e UFPA dão grande ênfase a exercícios e trabalhos diretamente ligados à elaboração e aplicação de tabelas de temporalidade e outras ferramentas de avaliação. Por outro lado, UNIRIO e UFPB mencionam atividades práticas de forma mais pontual, sugerindo uma integração menos estruturada dessas práticas no cotidiano das aulas. Esse contraste reflete diferenças nas prioridades pedagógicas, com alguns cursos buscando preparar os alunos para desafios operacionais imediatos e outros focando em uma formação mais teórica.

As abordagens relacionadas a métodos ativos de ensino também variam. Algumas universidades, como FURG e UEPB, destacam o uso de metodologias que incentivam a participação ativa dos alunos, promovendo atividades individuais, debates e a produção de textos em sala de aula. Em contraste, outras instituições seguem modelos mais tradicionais, com menor ênfase na interação dinâmica entre professor e alunos, o que pode limitar o engajamento e a autonomia dos estudantes no processo de aprendizado.

Em resumo, o levantamento evidencia uma predominância de práticas tradicionais, como aulas expositivas e leitura de textos, complementadas por estratégias colaborativas e, em alguns casos, pelo uso de tecnologias e metodologias ativas. No entanto, há uma

disparidade quanto ao detalhamento das metodologias, à integração de atividades práticas e à adoção de plataformas virtuais.

5.1.5 Bibliografia Básica

A bibliografia básica apresentada nos planos de ensino da disciplina sobre Avaliação de documentos revela alguns padrões de abordagem e a centralidade de alguns autores clássicos. Theodore R. Schellenberg (1959), Ieda Pimenta Bernardes (1998), Carol Couture e Jean-Yves Rousseau (1998), Heloísa Liberalli Bellotto (1989) e Terry Cook (1999) são os autores mais citados e configuram-se como pilares fundamentais no ensino.

A análise também aponta para uma forte dependência de livros como fonte primária de ensino. Essa escolha reflete uma tradição acadêmica que privilegia manuais teóricos e práticos como base de referência. Embora os livros ofereçam uma visão ampla e estruturada, a falta de diversidade nas fontes pode limitar a exposição dos alunos a debates mais dinâmicos e atualizados. Artigos científicos começam a ganhar espaço, como os de Terry Cook (1999) e Ana Celeste Indolfo, que abordam temas contemporâneos e contextualizados, mas ainda são minoritários. Além disso, as publicações técnicas, sobretudo aquelas produzidas pelo Arquivo Nacional e pelo Conselho Nacional de Arquivos, desempenham um papel crucial no fornecimento de diretrizes e normativas práticas, fundamentais para o cenário arquivístico brasileiro.

Uma lacuna notável é a sub-representação de obras recentes e de autores que dialogam diretamente com os desafios do mundo digital. Enquanto os currículos continuam baseados em fundamentos analógicos, a realidade exige um conhecimento aprofundado sobre a gestão de documentos digitais, o uso de tecnologias e sistemas emergentes na preservação documental. A falta de atenção a essas questões pode deixar os profissionais formados vulneráveis às demandas de um mercado em rápida evolução.

5.1.6 Considerações sobre o ensino em Avaliação de Documentos

O quadro a seguir apresenta uma síntese das análises realizadas sobre os planos de ensino das disciplinas de avaliação de documentos arquivísticos ofertadas nos cursos de Arquivologia. As informações foram organizadas a partir das categorias e com base nos dados disponíveis em cada plano.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Quadro 1 – Características do ensino em Avaliação de Documentos

Curso	Ementa	Objetivos	Conteúdo	Metodologia	Bibliografia
UNIRIO	Ênfase nos fundamentos teóricos e no papel social da avaliação.	Formação crítica com base teórica e ligação com a memória social.	Teoria das três idades, tabela de temporalidade e legislação.	Aulas expositivas, debates e leitura de textos.	Schellenberg, Bernardes, Bellotto, Cook.
UFMS	Conexão entre avaliação e política pública e cultural.	Exploração da dimensão cultural e social da avaliação.	Valor patrimonial, política e ética documental.	Seminários, estudos de caso e análise crítica.	Schellenberg, Couture, literatura normativa.
UFF	Valor documento, tabela de temporalidade e legislação.	Ausência de detalhamento limitou análise.	Elaboração de instrumentos de gestão e aspectos normativos.	Sem informações disponíveis.	Schellenberg, Bernardes, literatura normativa.
UNB	Abordagem teórica com foco em memória social e normatização.	Fundamentos teóricos e papel social da avaliação.	Macroavaliação, digitalização e legislação.	Exposição teórica e fóruns de discussão.	Schellenberg, Bernardes, Cook.
UFES	Integra aspectos técnicos e sociais, com destaque político.	Ênfase na avaliação como prática política e social.	Instrumentos técnicos e impactos políticos.	Aulas dialogadas e práticas colaborativas.	Schellenberg, Rousseau, literatura normativa.
UFRGS	Foco teórico e técnico, com abordagem prática.	Compreensão técnica e reflexiva com foco operacional.	Prática arquivística, gestão e seleção.	Atividades práticas e trabalhos em grupo.	Bellotto, Bernardes, literatura normativa.
UEPB	Base teórica com perspectiva normativa e crítica.	Integra visão crítica e normativa da avaliação.	Instrumentos, macroavaliação e normas.	Produção textual e dinâmicas em grupo.	Cook, Bernardes, literatura normativa.
UFPB	Ênfase prática com base normativa e construção de instrumentos.	Foco técnico com desenvolvimento de competências práticas.	Eliminação, prazos e transferência documental.	Estudos dirigidos e aplicação prática.	Bernardes, Schellenberg, literatura normativa.
FURG	Prioriza atividades práticas e aplicação de ferramentas.	Ênfase na aplicação de instrumentos e execução prática.	Avaliação técnica e prática nas instituições.	Exercícios práticos e estudos de caso.	Bernardes, literatura normativa e prática.
UFAM	Teórica e normativa, com foco na memória e institucionalidade.	Formação crítica e prática, com foco em pesquisa.	Memória, instrumentos e política institucional.	Leitura crítica, debates e multimídia.	Schellenberg, literatura normativa.
UFSC	Teoria, prática e normatização.	Teoria das três idades e ferramentas normativas.	História, teoria e prática aplicada.	Exercícios práticos, leitura e seminários.	Cook, Bernardes, Bellotto, Schellenberg.
UFPA	Foco técnico, com destaque à temporalidade e legislação.	Ênfase na memória coletiva e abordagem funcional.	Temporalidade, legislação e prática.	Aulas expositivas e resolução de problemas.	Schellenberg, Bernardes, literatura normativa.
UFMG	Integra avaliação à gestão documental e interesses institucionais.	Relaciona avaliação à gestão documental institucional.	Gestão integrada e produção documental.	Atividades práticas e leituras técnicas.	Schellenberg, Bernardes, literatura normativa.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

A análise evidencia que, embora exista um núcleo comum de conteúdos e práticas, há diferenças significativas entre os cursos no que diz respeito à ênfase, à profundidade e à forma

de abordagem. Alguns cursos priorizam uma formação mais técnica e operacional, com foco na aplicação prática de instrumentos de gestão documental, enquanto outros adotam uma perspectiva mais crítica e reflexiva, ampliando a discussão para dimensões políticas, culturais e sociais da avaliação. Observa-se também que, em alguns casos, como o da UFF, a ausência de informações completas nos planos de ensino limita a análise e a comparação mais precisa. A metodologia de ensino, quando descrita, revela a predominância de aulas expositivas, complementadas por leituras, discussões, seminários e, em menor grau, atividades práticas e o uso de recursos tecnológicos. No campo bibliográfico, a predominância de obras clássicas reforça a importância de fundamentos consolidados, mas também aponta para a necessidade de atualização diante dos desafios contemporâneos, especialmente no que se refere à avaliação de documentos digitais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas evidenciam que, embora haja um núcleo comum nos conteúdos abordados sobre avaliação nos cursos de Arquivologia no Brasil, também se observa uma significativa diversidade nas abordagens pedagógicas. Essa pluralidade, embora enriquecedora, revela desafios importantes para a uniformidade da formação profissional. A variação na ênfase teórica ou técnica compromete a construção de um perfil de arquivista equilibrado, que compreenda não apenas os aspectos operacionais da avaliação, mas também seu impacto político, social e cultural.

Neste cenário, torna-se essencial promover um ensino que vá além da técnica, incorporando metodologias pedagógicas inovadoras e ampliando a bibliografia para incluir perspectivas contemporâneas e críticas. A predominância de métodos tradicionais e a ausência de temas como a avaliação de documentos digitais indicam lacunas que precisam ser superadas. A formação de um arquivista crítico e adaptável exige currículos mais integrados e atualizados, que contemplem tanto a complexidade da prática arquivística quanto os novos desafios trazidos pelas tecnologias e pela sociedade da informação.

Portanto, é urgente fomentar uma maior articulação entre os cursos de Arquivologia do país, respeitando as particularidades locais, mas construindo diretrizes comuns para o ensino da avaliação de documentos. Essa integração deve promover o intercâmbio de experiências, incentivar boas práticas e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma formação ampla, ética e socialmente comprometida. Somente assim será possível formar

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

profissionais preparados para lidar com as múltiplas exigências da área e conscientes do seu papel na preservação da memória e no fortalecimento da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 79.329, de 2 de março de 1977. Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ, o curso permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1977.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 1991.

BRASIL. Parecer nº 212, de 7 de março de 1972. Manifesta-se favorável à criação de cursos de Arquivologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1972.

BELLOTTO, H. L. Avaliação, seleção e descarte de documentos de arquivo. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, Lisboa, n. 2, p. 39-46, 1989.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer, 1).

CHAGAS, C. A. Avaliação de documentos arquivísticos: teoria e metodologia. **Ágora: Arquivologia em Debate**, v. 30, n. 61, p. 478-498, 2020. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/926>. Acesso em: 7 maio 2025.

COOK, T. Macroappraisal and functional analysis: documenting governance rather than government. **Archivaria**, n. 48, p. 95-105, 1999.

COUTURE, C. A arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. **Revista Acervo**, v. 28, n. 2, p. 147-163, 2015. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/613>. Acesso em: 7 maio 2025.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

INDOLFO, A. C. Avaliação de documentos de arquivo. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 6, p. 301–303, 2012. Disponível em: <https://fr.scribd.com/document/424020571/INDOLFO-Ana-Celeste-Avaliacao-de-Documents-de-Arquivo-in-Revista-Do-Arquivo-Geral-Da-Cidade-Do-Rio-de-Janeiro-1>. Acesso em: 7 maio 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

SHELLENBERG, T. R. **A avaliação dos documentos públicos modernos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SILVA, M. J. N. **Avaliação de documentos de arquivo**: estudos sobre construções científicas internacionais e brasileira. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44651>. Acesso em: 7 maio 2025.

TRACE, C. B. Dentro ou fora do documento? Noções de valor arquivístico. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017. p. 77-106.